

Junho de 2013: uma rebelião popular legítima

Entrevista com Ruy Braga¹

Octávio Fonseca Del Passo²

Rodolfo Soares Moimaz³

Cadernos Cemarx: Professor Ruy Braga, primeiramente gostaríamos de agradecer a sua disposição em nos conceder essa entrevista. Sobretudo, porque sabemos que o Sr. tem participado de muitos debates e palestras. O aniversário de uma década das manifestações que ocorreram em junho de 2013 é o tema do dossiê que a Cadernos Cemarx publicará neste ano de 2023. Desse modo, buscamos, dentro do referencial marxista, apresentar uma diversidade de interpretações sobre as manifestações de junho de 2013 e as polêmicas sobre a composição de classe que elas apresentaram, assim como a relação desse caráter de classe com as demandas que surgiram das ruas naquele momento. No seu entendimento, qual a composição de classe dessas manifestações? E quais eram as pautas reivindicadas por essas classes sociais?

¹ Ruy Gomes Braga Neto é graduado em Ciências Sociais (1993), mestre em Sociologia (1996), doutor em Ciências Sociais pela Unicamp (2002) e livre-docente da Universidade de São Paulo (2012). Também realizou pesquisas de pós-doutorado na Universidade da Califórnia em Berkeley (2010-2011 e 2015-2016). Atuou como professor visitante nas seguintes universidades: École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), Universidade Nacional de Cuyo (Mendoza, Argentina), Universidade de Coimbra e Universidade da Califórnia em Berkeley. Atualmente, é chefe do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, onde coordena o Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic).

² Doutorando em Ciência Política na Unicamp e professor das escolas técnicas do Centro Paula Souza. E-mail: octaviodelpasso@gmail.com.

³ Doutor em Sociologia e professor do Instituto Federal de São Paulo. E-mail: rodolfo.moimaz@ifsp.edu.br.

Ruy Braga: Obrigado pelo convite e pela oportunidade de conversar com vocês do Cemarx. É importante destacar uma particularidade de junho de 2013, na história daquilo que podemos chamar de rebeliões populares no país. De fato, essa é a primeira rebelião popular em que seu caráter, ou sua natureza de classe, tem sido questionada. E não por setores conservadores da sociedade, por analistas conservadores, mas pela própria esquerda.

Em primeiro lugar, é importante que a gente pontue isso de forma muito explícita: que junho de 2013 foi uma rebelião popular - quer seja do ponto de vista da sua composição sociológica, quer seja do ponto de vista de sua agenda política.

Para que possamos entender isso, é importante destacar que durante o mês de junho foram feitas algumas pesquisas com os manifestantes, pesquisas nacionais, que captaram o processo de nacionalização dos protestos, principalmente a partir dos dias 19 e 20 daquele mês, quando as manifestações se tornaram multitudinárias (ou seja, não apenas uma abrangência regional, mas nacional). Elas mostram que a composição dos manifestantes, do ponto de vista da renda, tendia a se concentrar entre 2 e 5 salários-mínimos, a despeito da presença de setores médios – que, grosso modo, podemos identificar como aqueles que vivem em famílias e que recebem acima de 5 salários-mínimos.

Então, quando se nacionalizou o processo, ocorreram dois movimentos: em primeiro lugar, aqueles setores que ganhavam entre 2 e 5 salários-mínimos, ou seja, viviam em famílias que recebem até 5 salários-mínimos, eram o principal grupo que participou dos processos, isoladamente falando. Além disso, é importante destacar o fato de que eram manifestantes marcadamente jovens (mais de 63% tinham até 25 anos) e majoritariamente trabalhadores (76% dos manifestantes). O que significa que estamos falando de um público grosseiramente definido como sendo um público que ganha entre 2 e 5 salários-mínimos, fundamentalmente está trabalhando, e que é jovem.

Isso, na minha opinião, descreve relativamente bem a composição propriamente sociológica daqueles que foram para as ruas em junho de 2013, o que corrobora largamente com o fato de que as jornadas de junho foram, de fato, uma rebelião popular.

Em segundo lugar, é importante destacar que, quando pensamos em processos de lutas sociais, em especial de mobilizações populares, a composição sociológica é importante, mas ela não é o único parâmetro para avaliar o conteúdo do movimento. O que eu gostaria de acrescentar, e que, na minha opinião, corrobora com essa ideia geral de que junho foi uma rebelião popular é a sua pauta.

Quando observamos a pesquisa do IBOPE feita em 21 de junho, ela nos mostra que aquele desagregado de demandas, aquela complexidade de pautas, tenderam a se concentrar em alguns núcleos. E esses núcleos, majoritariamente, com mais de 70% de aprovação, gravitavam em torno de demandas redistributivas ligadas, principalmente, à pauta do transporte público. Ou seja, do investimento em transporte público, e, em particular, a redução das tarifas. E, eventualmente, o estabelecimento do passe livre, o que é evidentemente é uma demanda popular, claramente identificada com o modo de vida da classe trabalhadora. O segundo elemento tem a ver com investimentos na área da saúde. O terceiro, com investimentos na área de educação. E, a despeito de não estar próximo do ponto de vista quantitativo, o quarto elemento se relacionava com as demandas por habitação.

Então, temos delineado uma série de demandas que dialogam diretamente com o modo de vida das classes populares, tal como foi sendo formatado, plasmado, ao longo dos anos 1990 e 2000. Em especial, aquele tipo de organização do modo de vida que deslocava a população que recebe menos para as regiões mais distantes dos centros urbanos.

Isso tem muito a ver com essa combinação de, por um lado, uma difusão massiva de empregos formais, porém que pagavam até 1,5 salários-mínimos (e que foi a tônica do mercado

de trabalho durante a era Lula nos 10 anos anteriores a junho). Ou seja, tínhamos um tipo de emprego formal que pagava pouquíssimo; que em geral era um emprego terceirizado. Por outro lado, de políticas públicas como no caso do segundo governo Lula e primeiro governo Dilma – os investimentos em habitação popular, com características muito financeirizadas – como foi o Minha Casa Minha Vida. A despeito de você ter entre 3% e 4% do montante dos recursos investidos do programa indo para o Minha Casa Minha Vida Entidades, que era gerido por associações e por movimentos de trabalhadores sem teto, o fato é que uma parte substantiva, majoritária, dos recursos desse programa foi desenhada do ponto de vista do investimento, para que aumentasse o endividamento das famílias na aquisição da casa própria.

Como o subsídio do governo ficava concentrado na faixa 1 (exatamente essa faixa que permite a que esses trabalhadores, que ganhavam de 1 a 5 salários-mínimos, pudessem acessar a casa própria), isso fez com que, por um lado, houvesse o endividamento dessas famílias; e, por outro, os programas e os projetos do Minha Casa Minha Vida - faixa 1 fossem concentrados naquelas periferias mais distantes, onde a terra é muito barata, e as construtoras pudessem obter lucros maiores.

Então, o desenho das políticas públicas e o desenho do mercado de trabalho acabavam apontando para esse modelo de cidade, desse modo de vida, que fazia com que as pessoas tivessem que se deslocar, o tempo todo, das periferias para o centro. Isto porque os empregos estavam concentrados, como ainda hoje, nos centros urbanos, e no setor de serviços, muito mal remunerados. Isso coloca um peso extra no serviço do transporte público, que é o principal motivo do início do ciclo de protestos de junho de 2013.

CC: Algumas leituras sugerem que houve uma captura das manifestações de junho de 2013 pela direita. Você concorda com essa caracterização? Se sim, é possível afirmar que os princípios

organizativos do MPL (negação das formas de organização tradicionais dos partidos de esquerda e sindicatos) foram elementos de fragilidade do processo?

RB: Junho foi uma rebelião popular. No entanto, o Partido dos Trabalhadores, principal partido da esquerda brasileira e hegemônico durante décadas, juntamente com os movimentos populares hegemônicos por esse partido, não estiveram presentes, não prepararam, não investiram, não organizaram e também se posicionaram grande e flagrantemente contra Junho de 2013 desde o início.

Ou seja, desde antes do ciclo se iniciar, as manifestações do MPL eram bastante pequenas. Ainda no início de Junho quando, tanto o PT e o PC do B na Câmara de São Paulo, quanto o Haddad e o Geraldo Alckmin em Paris, clamaram pela repressão ao MPL... desde o início, aquilo que detonou movimento foi reprimido pela esquerda hegemônica no poder.

É importante que se diga que o MPL é um movimento social muito estruturado, bastante disciplinado, com uma história de enraizamento nas periferias da cidade; que, na época, tinha um trabalho importante nas escolas periféricas. O movimento existe desde 2005, quando foi criado no Fórum Social Mundial, com um delineamento estratégico, na época, muito preciso, com táticas que dialogavam bastante bem com este delineamento de objetivos estratégicos. Não é, evidentemente, aleatório, acidental, que o MPL tenha detonado as Jornadas de Junho.

Então é um mérito do movimento social organizado de juventude, com essas características, que opunha o movimento aos governos em geral. Eles não faziam uma crítica ao governo do PT; eles faziam uma crítica à forma propriamente de como o sistema de transporte estava organizado nas maiores cidades do país, em especial em São Paulo. E na maneira pela qual os governos estavam tratando o transporte público, de uma maneira muito mercantilizada.

O ponto é que o MPL teve um flagrante mérito em apresentar essa pauta, e no momento correto, no momento no qual, nacionalmente, as tarifas do transporte foram aumentadas, tendo em vista aquele apelo da Dilma, no começo de 2013, para adiar o reajuste, tentar aliviar, por causa daquele surto inflacionário do primeiro semestre de 2013. Isso fez com que a pauta se apresentasse de maneira muito contundente a partir da repressão que teve em São Paulo. Só que os reajustes estavam acontecendo no país todo, em muitas capitais e cidades, ao mesmo tempo. Então isso tudo é mérito do movimento social organizado. Ou seja, o MPL foi para a rua de forma muito audaciosa e corajosa, pautou essa demanda e teve êxito.

A repressão e a reação à repressão fizeram com que houvesse um processo de transcrescimento do protesto em escala nacional. Quando o protesto se nacionalizou, uma parte substantiva daqueles manifestantes estava vivenciando, experimentando uma primeira experiência política de mobilização. E essa primeira experiência foi feita sem preparação.

O PT, e os movimentos sociais ligados ao PT, não prepararam politicamente essa massa. Eles estavam muito mais preocupados em elaborar, formular, implementar, apoiar políticas públicas que o governo estava desenvolvendo à época, então abandonaram o chamado trabalho de base. Isso fez com que essa massa que se insurge em 2013 vá para as ruas sem ter tido, de fato, um processo de educação política, no sentido mais tradicional, sindicatos, partidos, movimentos sociais. Estou dizendo a massa, não o MPL, nem aqueles que o MPL mobilizou – que, em São Paulo, variava de 2 a 5 mil pessoas por manifestação, o que é bastante pouco, considerando o tamanho da cidade. O fato é que é uma massa despolitizada travando uma primeira experiência de luta política, mobilização de rua. Ainda assim, nacionalmente, ela se organiza em torno de demandas que são essencialmente populares, como transporte, educação, saúde. Ou seja, ela interfere de modo inconsciente em um conflito que é redistributivo, de quem captura o

fundo público: são os bancos e a dívida pública, ou os investimentos em saúde, educação e habitação?

Então você tem um processo de intervenção espontânea dessa massa no âmbito de uma luta redistributiva, ainda que inconscientemente elaborada, mas que colheu uma enorme vitória, que foi a queda da tarifa de transporte no país todo. E, no final de Junho, a votação dos royalties do Pré-Sal, que foram 75% para educação que 25% para saúde. Ou seja, foi uma enorme vitória popular a insurgência de junho de 2013.

No entanto, era despolitizado. Era uma luta despolitizada, então é mais ou menos compreensível aqueles atritos que aconteceram sobretudo em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Campinas, em que a massa, majoritariamente, hostilizou bandeiras de partidos e coisas do tipo. Era uma massa despolitizada. Era uma massa que não foi educada pelo movimento social, pelos partidos de esquerda, pelos sindicatos. Que estranhou, inclusive a presença desses setores, por causa da despolitização.

Agora, o setor de direita e extrema-direita presente, que existia, era largamente minoritário, era uma ínfima participação em Junho de 2013. Na época, o marido da Carla Zambelli, que depois organizou o movimento Vem Pra Rua, convocou uma manifestação no centro da cidade de São Paulo. E foram 200 pessoas, era uma participação absolutamente desprezível, cujas bandeiras não tiveram aderência. Repercutiu muito pouco aquilo que você poderia identificar como bandeiras da extrema-direita.

Existia, de fato, uma certa presença da preocupação com a questão da corrupção. Isso, evidentemente, estava bastante difuso por conta dos escândalos, em especial, do Mensalão. Mas quando você vai observar os números que a pesquisa Ibope captou, isso também é uma questão minoritária. O Mensalão, por exemplo, foi citado por 0,5% dos manifestantes. Então não é que não existia, mas era minoritário.

O ponto que me parece mais importante dessa história é que muitos, inclusive na esquerda hegemônica, leram Junho de 2013 como

sendo a antessala do impeachment da Dilma. Isso é um absurdo por várias razões.

A primeira dessas razões é que Junho de 2013, a despeito de ter fustigado a popularidade de todos os governos, não apenas do governo federal, mas também do governo estadual, do governo dos municípios, de todos os governos do país, mas, quando as manifestações refluíram os governos se restabeleceram. O próprio governo Dilma restabeleceu sua popularidade. Tanto é assim que ganhou as eleições. Então não há propriamente uma conexão possível a ser feita entre junho de 2013 e o impeachment da Dilma, porque ela ganha a eleição. É uma eleição mais polarizada, é verdade. No entanto, isso não é culpa de junho de 2013. Já seria assim de qualquer forma, porque o modelo de desenvolvimento liderado pelo governo do PT estava claudicando à época. Existia ali um processo de desestabilização econômica que estressava os atores, o mercado de trabalho. Então existe um desgaste natural de governos que ficam muito tempo, em várias administrações, isso não é Junho de 2013.

O que me parece, talvez, que seja possível conceder a certo raciocínio, de que houve uma guinada em 2013, e que, pela primeira vez na história recente do país, desde a redemocratização, dos anos 1970 e 80 pelo menos, o Partido dos Trabalhadores não mais controlava as ruas. E isto abre espaço para outras experiências, para outros autores.

A gente não pode esquecer que, durante os governos Lula e Dilma, outros atores estavam indo para as ruas. Atores como a marcha para Jesus, atores ligados a diferentes movimentos sociais. Então você tem um caldo de cultura fermentando, e junho chega, e mostra que o PT não controla mais as ruas. Isso talvez seja o principal fato que traumatiza a esquerda petista, o fato de ela perceber que não entende mais, não está dialogando, não consegue se conectar mais com as ruas.

Isso abriu espaço para experiências. Isso abriu espaço à esquerda, na minha opinião: você teve Primavera Feminista depois de Junho de 2013; Primavera Estudantil; a nacionalização do

MTST⁴; a nacionalização do movimento de educação popular; a formação de inúmeros coletivos; o movimento negro foi para as ruas; a Marcha da Maconha se expande exponencialmente; você tem uma série de movimentos sociais à esquerda, com agenda e características de esquerda.

E, a partir de um certo momento, no final de 2014, por conta da polarização política, no começo de 2015, você começa a verificar a presença de setores de direita. Notoriamente, o Vem Pra Rua, o MBL⁵, dentre outros, patrocinados, inclusive, por ONGs e think tanks, como o Students for Liberty, e tantos outros que injetaram grana nesses movimentos. Mas, isso não foi em 2013. E muito menos em junho de 2013. Isso foi mais ou menos um ano e meio depois, após a derrota do Aécio e a vitória da Dilma, numa eleição bastante polarizada.

Enfim, esse sentido é que eu vejo. A única possibilidade de se fazer uma leitura que conecte Junho com a crise que veio depois, pois, é esse fato obvio de que o PT perde o controle das ruas em Junho de 2013.

CC: Pensando em aspectos nacionais e internacionais, em 2013, o Brasil vivia um período histórico de greves (inclusive, greves a contragosto das direções sindicais tradicionais como), além de conflitos envolvendo as construções das estruturas para a Copa do Mundo e Olimpíadas no Rio de Janeiro, ou acerca dos territórios dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, dentre outros. Internacionalmente, é importante lembrar da Primavera Árabe, os movimentos do Occupy na Europa e EUA, as lutas contra os pacotes de austeridade em países como Espanha e Grécia... É possível relacionar, e como relacionar, Junho de 2013 a tal contexto?

⁴ - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto.

⁵ - Movimento Brasil Livre!

RB: Primeiro, a questão nacional. Um dos elementos das Jornadas de Junho, e que pegou a maior parte dos analistas de surpresa, é que existia, na época, uma espécie de compreensão difusa e generalizada, sobretudo entre os partidos políticos no poder, de que as coisas iam bem. De que a crise de 2008 havia tido algum efeito em 2009 (por conta do crescimento do PIB ser zero). Em 2010 a economia já se recupera, em 2011-12-13, as coisas já vão indo mais ou menos bem ... ao ponto de a própria Dilma ter apresentado inúmeras iniciativas ligadas ao crescimento econômico com investimento público em determinados setores, como construção pesada e construção civil.

Então, existia aquela ideia de que o país estava bombando. O mercado de trabalho ainda estava muito aquecido. Mas quando você observa nos primeiros da década de 2010, você percebe um cenário diferente, que não corrobora com esse otimismo, que aparentemente era dominante, em especial nos setores de esquerda. E por quê?

Por algumas razões. A primeira delas é que quando você observa a agitação trabalhista do período, em especial as greves a partir de 2011, nitidamente há um aumento do número de greves. Esse ciclo grevista, que vai permanecer em boa parte dos anos 2010, emerge junto com um conjunto de greves selvagens em regiões distantes, muito ligadas ao investimento público, como, por exemplo, nas barragens de Jirau, Santo Antônio, Belo Monte. E na construção de complexos petroquímicos Nordeste, principalmente como Suape.

Você tem um conjunto de greves muito agressivo, greves muito contundentes, com ocupação de canteiros, com violência. Isso já anunciava que aquele modelo que o PT representava começava a passar por um teste de estresse. Isso ocorre ao longo de 2011, 12 e 13.

Quando chega 2013, o que há é uma coincidência entre uma explosão de greves e as Jornadas de Junho. Ou seja, a nacionalização dos protestos. Isso não é acidental. Isto porque a nacionalização dos protestos impulsionou as greves. E as greves também potencializam o protesto social no país todo.

Nós não podemos nos esquecer que, no Rio de Janeiro, tivemos 80 mil professores numa praça, em uma greve gigantesca, no segundo semestre de 2013, numa larga medida impulsionada pelos protestos de junho.

Logo na sequência, em 2014, ocorreu a greve dos garis do Rio. Há uma dinâmica grevista muito curiosa e interessante quando você observa os dados e os relatórios, que foi: os setores mais bem organizados sindicalmente, sobretudo os bancários, que fizeram greves nacionais, no começo da década de 2010 (contra a orientação do Sindicato diga-se de passagem). Geralmente greves nacionais bancárias atingem mais diretamente o governo, por conta do peso da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Mas, foram greves nacionais que incorporaram inclusive o setor privado, como os bancos. Então, mostrava uma posição dos setores mais bem organizados de fazer greve.

Ao mesmo tempo, ocorreram muitas greves do funcionalismo público em 2011/2012, mas logo na sequência, o que aconteceu foi um espalhamento, uma difusão dessas greves para os setores menos organizados sindicalmente mais frágeis.

E, no interior do funcionalismo público, transcrescimento de greves de trabalhadores municipais - que são trabalhadores que recebem menos. Ou seja, um ciclo grevista que vai do centro e se espalha para as periferias, no sentido dos setores menos organizados, que ganham menos, mais precários.

E, à frente de tudo, você tem trabalhadores rodoviários, trabalhadores da limpeza urbana, trabalhadores ligados às empresas de terceirização, o que claramente demonstra que o modelo de desenvolvimento petista, lulista (o nome que se queira dar), que era aquele modelo de desenvolvimento apoiado, por exemplo, em áreas de construção pesada civil e setor de serviços, estava claudicando.

O modelo estava nitidamente apresentando um desgaste. E esse desgaste se verificava justamente no número explosivo de greves.

Quer dizer, em 2012, tivemos 800 e poucas greves. Saltamos para 2000 e tantas greves em 2013. Isto, na minha opinião, nos ajuda a entender o fato de que Junho de 2013 não foi um “raio em céu de brigadeiro”. Ou seja, já existia uma dinâmica de acúmulo de tensões e contradições, produzida pelo próprio modelo de desenvolvimento, que acabava convergindo para essa revolta popular, motivada largamente pelo aumento das tarifas, em escala nacional.

Portanto, há uma convergência entre esse pessoal que foi para rua, e o pessoal que estava fazendo greve. Em ambos os casos, há uma presença flagrante desses setores mais jovens e mais precarizados, um encontro nas praças, nas ruas, e nos piquetes grevistas.

O segundo ponto é o contexto internacional. Há muitos dados que mostram que a primeira metade da década de 2010 foi marcada por uma explosão dos protestos sociais em escala mundial. Ocorreu desde o Occupy Wall Street, até a Primavera Árabe; os Indignados na Espanha e em Portugal; a crise na Grécia... ou seja, elementos flagrantes, internacionalmente falando, do choque de expectativas de demandas populares, vis-à-vis, a inflexibilidade de estruturas políticas - grosso modo, estruturas muito pouco democráticas: desde enfrentamento a ditaduras no Oriente Médio, passando pelo capital financeiro nos Estados Unidos, e, na Europa, austeridade e o austericídio.

Lembremos o caso espanhol e o caso português, por exemplo. As medidas de austeridade na Grécia, no sul da Europa de uma maneira em geral, aquilo que ficou conhecido como Pigs. Então, tem sim um momento da história, motivada pela crise de 2008, que se propaga em ritmos desiguais pelo mundo afora. Existe esse choque, de um lado entre demandas e expectativas populares (em especial, de classes subalternas que buscam se proteger dos efeitos mais deletérios da crise de 2008); e, outro lado, estruturas políticas muito enrijecidas, que não atendem a essas expectativas, a essas demandas.

Os casos espanhol e português são bastante emblemáticos. Também o caso grego, que eles votaram contra as medidas de

austeridade, mas, ainda assim, recebem pacotes e pacotes de austericídio, de medidas de austeridades⁶.

Essa mesma dinâmica aconteceu no Brasil. É claro que com características muito especiais. Quando você observa o caso brasileiro, nitidamente, há o desgaste daquele condomínio que envolvia PT e PSDB⁷, que desde a redemocratização dava as cartas da política institucional no país. Estou falando disso não apenas pelo fato de que, naquele momento, o PT estava no poder, era o governo federal à época, já no terceiro mandato. Mas, também o PSDB ficou décadas e décadas no governo do estado de São Paulo.

Ou seja, você tinha ali um condomínio muito articulado entre PT e PSDB, e que, dentre outras coisas, se manifestou no fato de que Geraldo Alckmin e Fernando Haddad estavam em Paris quando explode Junho de 2013. E eles se combinaram lá, para exigir que a polícia restabelecesse a ordem na cidade. Reprimisse o protesto.

O que eu quero dizer é existia essa insatisfação na base, que não encontrou mecanismos institucionais e políticos capazes de fazer com que o próprio sistema político se articulasse, se reformasse, se reorganizasse internamente. Isso acabou, também, produzindo a tensão que explodiu em junho de 2013, e que, diga-se de passagem, estava muito alinhada ao resto do planeta.

No mundo todo, este protesto social estava funcionando mais ou menos assim. Massas populares que se chocam com estruturas políticas muito enrijecidas, que não conseguem se reformar, tendo em vista, entre outras coisas, essas medidas de austeridade fiscal que se espalham pelo mundo afora.

Me parece importante também destacar internacionalmente, que temos vivido, a partir de 2008, um processo de transformação de identidades coletivas, de classe trabalhadora, de classes subalternas.

⁶ Ruy Braga se refere aos pacotes de medidas de austeridade aplicadas pela União Europeia.

⁷ Partido da Social-Democracia Brasileira.

Ou seja, as classes sociais, no sentido tradicional vão se modificando, vão se transformando, à luz da crise, e à luz, também, de situações como a difusão da internet, a democratização da internet, a massificação das redes sociais.

Há elementos estruturais que apontam na direção de transformação dessas classes, e, frequentemente, de transformação dessas identidades coletivas. Então, as identidades tradicionais da esquerda, muito ligadas a uma classe operária fordista, não são mais as identidades da classe, elas não têm mais a aderência, a atração ... os próprios sindicatos perdem essa capacidade de atrair, como tinha no passado.

E esses novos setores, principalmente os setores mais jovens, que vão para as ruas, despolitizados, porque nunca tiveram uma formação política como as gerações anteriores, eles têm que inventar. Eles têm que se reinventar politicamente. Isso é muito complexo. Isso é muito difícil. É como você “trocar o pneu do carro em movimento” ... é uma operação muito delicada. E isso acaba produzindo esses fenômenos políticos.

Então, muita gente jovem acaba aderindo à fenômenos políticos de direita. Fazem essa experiência com movimentos de direita. No caso de alguns países como a África do Sul, que estudei, há uma massa de gente jovem, precarizada, e que adere ao Economic Freedom Fighters, uma organização derivada do Congresso Nacional Africano, mas que tem características xenofóbicas e ultra-nacionalistas. Esse tipo de fenômeno, que aqui ou ali pode favorecer o fortalecimento do autoritarismo, tem a ver com essas redefinições de fronteiras de identidades coletivas, que vão se experimentando, que vão se organizando. Nada disso é culpa do MPL, ou de Junho de 2013. Quer dizer, isso é uma coisa que acontece em escala mundial.

CC: Há correntes que afirmam que as manifestações de 2015/2016, do verde-e-amarelo, do Pato da Fiesp, são consequências de 2013. Você concorda? Quais são as principais características de divergências com 2013? O bolsonarismo pode ser considerado consequência de 2013?

RB: Não. A gente tem que entender que, talvez, a pergunta envolva uma questão anterior, que é tentar entender o porquê de as manifestações pelo impeachment terem sido massivas. E nós não podemos nos esquecer que ocorreram dois fenômenos, duas questões políticas muito importantes em 2014 e 2015. A primeira delas foi a eleição presidencial em que a Dilma venceu. Uma eleição polarizada, com um discurso à esquerda, prometendo que não haveria retrocesso, o que fez com que ela não apenas ganhasse a eleição. Mas, ao mesmo tempo, que as expectativas relativas ao seu governo fossem expectativas à esquerda. Isso é muito importante pontuar.

O segundo elemento é que houve um estelionato eleitoral. Porque a Dilma, ao assumir o segundo mandato, deu uma guinada à direita. Ela colocou o Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, e ele passou a implementar uma política de cortes de gastos públicos, de austeridade fiscal, que não apenas alienou a própria base do governo (inclusive em termos de militância, movimentos sociais, sindicatos), quanto também alienou o apoio popular.

Ou seja, a maioria da população vota em um programa à esquerda, e colhe um programa de direita neoliberal, em um sentido bem clássico. Em 2013, diga-se de passagem, a Dilma já tinha contingenciado R\$ 80 bilhões durante junho, no auge da disputa redistributiva. Isto é, nunca foi um governo propriamente comprometido com as demandas reformistas que foram levantadas por Junho de 2013.

No entanto o estelionato eleitoral teve um preço muito alto, que foi a alienação da sua base política - movimento social, sindicato, partido. E, nesse contexto, houve uma crise política motivada por dois fatores: o primeiro deles é uma crise econômica gigantesca, inédita na história brasileira, que, em dois anos, derruba mais de 7% do PIB; e, o segundo motivo, foi a crise política motivada grandemente pela Operação Lava Jato.

Então você tem um cenário no qual o sistema político estava sendo fustigado, e a economia se junta numa crise. Uma crise orgânica, na qual o sistema político tradicional não vê outra solução que não

seja o impeachment, ou seja, que caminhava na direção do golpe parlamentar. Esse desarranjo foi gerado não por Junho de 2013, mas por um processo de estelionato eleitoral, com uma crise econômica, uma crise política, e uma crise generalizada de expectativas ligadas ao sistema político (levando-se em conta a atuação do Judiciário, a partidarização do Judiciário), que geram o caos, e que vai fazer com que o Bolsonaro seja eleito em 2018.

Na minha opinião, existe uma separação muito grande... é claro que isso é muito especulativo, mas se Dilma tivesse abraçado as bandeiras de 2013, nos termos de redistribuição, investimento público, e assim por diante, e mantivesse sua base mais ou menos organizada, na minha opinião não haveria o impeachment, nem o desarranjo político que se seguiu.

CC: 10 anos depois, por que ainda é importante discutir as Jornadas de Junho? Em que as Jornadas de Junho podem nos ajudar a pensar sobre desafios enfrentados pela classe trabalhadora brasileira hoje? Em um país que passou pelo Golpe de 2016, a rapina de direitos trabalhistas, o avanço da informalidade do emprego, o governo Bolsonaro e ascensão da extrema-direita, a pandemia...em que 2013 nos ajuda nesse momento?

RB: Se junho de 2013 foi, conforme minha leitura, uma rebelião popular, e que se insere em um conflito redistributivo pelo fundo público, é evidente que é muito atual. Na medida em que o governo petista, hoje, pratica uma política de austeridade fiscal, que é o tal do “arcabouço”, que vai engessar o gasto público pelos próximos anos, e agora com a participação dos setores de esquerda, com apoio dos setores de esquerda, não apenas dois partidos conservadores neoliberais... o governo está praticando uma política de austeridade fiscal.

O PT está no governo novamente. E, curiosamente, com o Geraldo Alckmin, que à época era o governador. Então, os atores políticos como Haddad, Alckmin, Lula e Dilma, hoje, ganham relevo,

protagonismo, na questão política. E há, principalmente, o espectro, a ameaça da direita. A direita e a extrema-direita (o impeachment da Dilma, o governo Temer, e a eleição de Bolsonaro) são produtos de uma leitura equivocada de Junho, de uma traição, de uma sublevação contrária às demandas que foram levantadas em Junho de 2013.

Foi exatamente porque houve um estelionato eleitoral contra essas demandas, foi exatamente por causa dessas medidas austericidas, justamente porque tivemos uma crise política, motivada pela alienação dessa base popular do governo, é que houve a possibilidade tanto do impeachment quanto da eleição de Bolsonaro. Ou seja, a recusa de incorporar as pautas de 2013, a agenda de 2013, que levaram à vitória da extrema-direita no país. Isso não mudou.

Estamos no meio de uma disputa redistributiva, de uma crise, de um desarranjo muito flagrante do sistema político, que ainda se reproduz à despeito da vitória do Lula. Porque as classes sociais se modificaram, a gente tem um setor evangélico popular de direita que cresce nacionalmente, que se organiza politicamente. A gente tem, de fato, uma série de desafios do ponto de vista da democratização dos movimentos sociais, e a gente tem uma esquerda hegemônica que se nega a compreender as pautas populares, e isso é o que, na minha opinião, é o principal perigo, hoje, em relação à questão do avanço da direita e da extrema-direita.

Uma esquerda que não consegue entender, que não consegue se reconectar com os setores populares da sociedade, isso é muito perigoso. Porque alguém vai se reconectar, alguém vai se manter conectado. Por enquanto, essa conexão mais forte está ocorrendo com lideranças de extrema-direita.

CC: Há algo que você queira acrescentar, que não esteve presente em nossas perguntas? Você pode falar um pouco sobre seus trabalhos recentes?

RB: Meu trabalho mais recente, que estou publicando e, se tudo der certo, deve sair até agosto de 2023, é um livro que conta um pouco sobre minha experiência pesquisando a classe trabalhadora precária e pobre nos Estados Unidos.

Minhas indagações têm mais a ver com questões relativas a como entender o avanço do nacionalismo autoritário de direita no meio popular, em especial a ascensão da extrema-direita nos Estados Unidos com Donald Trump; os impactos que isso tem na questão da organização dos trabalhadores; e, em especial, a redefinição das fronteiras envolvendo trabalhadores brancos, negros e latinos, as possibilidades que se abrem para a questão da interseccionalidade.

E tudo aquilo que tem a ver com a reorganização do movimento social e do movimento sindical nos Estados Unidos. O movimento social, pensando sobre o que foi o Occupy Wall Street, e, posteriormente, o Black Lives Matter; e o movimento sindical, com essa nova onda de sindicalismo de justiça social, que acontece pela base, que está se espalhando pelo país, e que tem renovado, inclusive, o sindicalismo estabelecido nos Estados Unidos.

São um pouco essas as minhas questões. Isso pode parecer um pouco extemporâneo, distante da realidade brasileira, mas nunca devemos nos esquecer que a extrema-direita no Brasil é uma espécie de cópia malfeita da extrema-direita americana, então estudar extrema-direita americanas, e a sua capilarização popular, o impacto que isso tem na reorganização dos próprios trabalhadores, traz também lições para pensarmos o caso brasileiro.